correspondam a serviços prestados pelo operador ou por sociedade que detenha a maioria do seu capital;

b) A parte das despesas da base do operador em Lourenço Marques e de outras bases que eventualmente o operador venha a estabelecer na província de Moçambique, imputável às operações conjuntas relativas ao bloco C.

Para determinação da parte das despesas da base ou das bases do operador imputáveis ao bloco C, serão essas despesas repartidas entre os diferentes blocos da concessão proporcionalmente às despesas visadas na alínea a) precedente e efectuadas directamente em cada um dos blocos;

c) As despesas da infra-estrutura administrativa e técnica proporcionada ao operador pela Société Nationale des Pétroles d'Aquitaine serão avaliadas pela mesma forma que para as associadas não operadoras, até ao limite máximo de 5 por cento das despesas visadas nas alíneas precedentes.

O operador terá o direito de solicitar às associadas provisões mensais destinadas a cobrir as despesas das operações do mês seguinte, informando-as ao mesmo tempo das despesas mensais efectuadas anteriormente.

O contrato de associação conterà em anexo um manual de normas de contabilidade que regulamentará a ordenação e *contrôle* das contas.

O operador não deverá exceder em mais de 10 por cento as despesas previstas nos orçamentos aprovados. Poderá, todavia, efectuar despesas para além daquele limite em casos de emergência e dando do facto conhecimento às restantes associadas, logo que lhe seja possível.

BASE VIII

Se a província de Moçambique exercer o direito de preferência previsto no n.º 1 do artigo 50.º do contrato de 7 de Dezembro de 1967, relativamente à produção do bloco C, as entregas de petróleo bruto que lhe tenham de ser feitas sairão primeiramente da parte que competiria à sociedade nacional e somente depois de esgotada esta sairão da parte que couber às concessionárias. Relativamente à produção dos blocos A e B, manter-se-á o direito preferencial de compra da província de Moçambique de um máximo de 37,5 por cento das quantidades produzidas, nos termos previstos no artigo 50.º do contrato de 7 de Dezembro de 1967.

BASE IX

O grupo das concessionárias obriga-se a comprar à sociedade nacional a totalidade ou parte da sua produção, se esta sociedade lhe fizer tal solicitação.

O preço de compra, neste caso, será igual ao preço médio F. O. B. real obtido pelas concessionárias pela venda da sua própria produção, no decurso do ano considerado, tendo em atenção os diferenciais de qualidade e transportes e deduzido das despesas de comercialização, fixada em 3 por cento do referido preço.

BASE X

No caso de o grupo das concessionárias descobrir no bloco C um jazigo que decida não desenvolver por não o considerar economicamente explorável, a sociedade nacional terá o direito, dois anos após a referida decisão, de desenvolver e explorar o mesmo jazigo por sua conta e risco exclusivos.

O grupo das concessionárias, contudo, reserva-se a faculdade de participar nos referidos trabalhos e na exploração do jazigo em questão enquanto a sociedade portuguesa não iniciar efectivamente os trabalhos correspondentes.

BASE XI

A sociedade nacional e cada uma das sociedades do grupo das concessionárias serão individual e directamente responsáveis perante as instâncias fiscais pelo pagamento dos impostos relativos à sua parte da produção.

BASE XII

Os diferendos que eventualmente ocorram entre as associações serão dirimidos em juízo arbitral a funcionar em Lisboa de harmonia com a lei processual portuguesa, composto por um árbitro nomeado pela sociedade nacional, outro nomeado pelas concessionárias e um terceiro, com voto de desempate, escolhido por acordo das associadas ou, na falta deste, designado pelo presidente do Supremo Tribunal de Justiça.

BASE XIII

O texto do contrato de associação cujas bases fundamentais serão as antecedentes será minutado e rubricado nos termos da alínea 4 do artigo 3.º do Decreto n.º 48 979, desta data.

O contrato de associação será assinado pela sociedade nacional e pelas concessionárias na altura em que aquela comunicar a sua intenção de se associar a estas relativamente às operações de um jazigo definitivamente demarcado no bloco C.

A minuta do contrato de associação substituirá as presentes bases fundamentais.

Ministério do Ultramar, 11 de Abril de 1969. — O Ministro do Ultramar, *Joaquim Moreira da Silva Cunha*.

Direcção-Geral de Fazenda

Portaria n.º 24 041

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, nos termos do artigo 13.º do Decreto n.º 35 770, de 29 de Julho de 1946, conjugado com o artigo 5.º do Decreto n.º 40 712, de 1 de Agosto de 1956, abrir um crédito especial da importância de 334 000\$, a inscrever em adicional à tabela de despesa extraordinária do orçamento geral da província de Cabo Verde em vigor, tomando como contrapartida o saldo das contas de exercícios findos, destinado aos seguintes objectivos:

Execução do regulamento do arrendamento rural	184 000\$00
Intercâmbio cultural da Mocidade Portuguesa Masculina e Feminina	150 000\$00
	334 000\$00

Ministério do Ultramar, 23 de Abril de 1969. — Pelo Ministro do Ultramar, *José Coelho de Almeida Cota*, Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de Cabo Verde. — *J. Cota*.

Portaria n.º 24 042

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 23 367, de 18 de Dezembro de 1933, reforçar

com a importância de 20 000\$ a verba do capítulo 10.º, artigo 287.º, n.º 28), alínea a) «Encargos gerais — Diversas despesas — Despesas com funerais de funcionários do activo e aposentados (Decretos n.ºs 38 043, de 8 de Novembro de 1950, e 38 963, de 24 de Outubro de 1952) — A pagar na metrópole», da tabela de despesa ordinária do orçamento geral da província de Macau para o ano em curso, tomando como contrapartida igual importância a sair das disponibilidades existentes na verba do capítulo 4.º, artigo 119.º, n.º 1) «Administração geral e fiscalização — Serviços de Saúde e Assistência — Despesas com o pessoal — Remunerações certas ao pessoal em exercício — Pessoal dos quadros aprovados por lei», da referida tabela de despesa.

Ministério do Ultramar, 23 de Abril de 1969. — Pelo Ministro do Ultramar, *José Coelho de Almeida Cota*, Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de Macau. — *J. Cota.*

Direcção-Geral de Justiça

Decreto n.º 49 980

Os serviços de identificação civil têm, no ultramar, beneficiado de inegável incremento, sobretudo a partir da publicação do Decreto n.º 40 711, de 1 de Agosto de 1956, e do Decreto-Lei n.º 41 077, de 19 de Abril de 1957, e seu regulamento.

Para isso contribuíram numerosas e adequadas providências legislativas que vieram permitir uma estruturação dos serviços adequada às peculiaridades locais e apta a prosseguir os fins mais instantes que em matéria de identificação se impunham à administração do nosso ultramar.

Entre estas medidas, devem salientar-se, por mais oportunas e significativas, o Diploma Legislativo Ministerial n.º 79, de 26 de Outubro de 1961, que desdobrou em cinco a secção ultramarina do Arquivo de Identificação Civil, em Angola, integrando a identificação civil na dependência

directa da Procuradoria da República; o Diploma Legislativo Ministerial n.º 14, de 13 de Outubro de 1961, que, em Moçambique, criou na Procuradoria da República de Lourenço Marques uma repartição de identificação civil por onde passaram a correr os assuntos relativos à secção ultramarina de Moçambique do Arquivo de Identificação Civil; o Decreto n.º 48 179, de 29 de Novembro de 1968, que criou em Angola a Repartição de Identificação, desdobrou em três a secção ultramarina de Lourenço Marques e criou em cada um destes distritos judiciais um lugar de ajudante do procurador da República para os registos, notariado e identificação.

Estas medidas têm sido acompanhadas do necessário reforço dos quadros de pessoal indispensável a uma cada vez mais segura e intensa identificação de todos os naturais das nossas províncias ultramarinas.

Surge assim, hoje em dia, completamente ultrapassado o Decreto n.º 44 555, de 6 de Setembro de 1962, na vigência do qual é justo, aliás, salientar que a substituição dos documentos normais para a emissão do bilhete de identidade pelos meios mais adequados para cada caso, sempre se realizou, na prática, pelo uso do certificado de naturalidade, já permitido pelo § 6.º do artigo 9.º do Decreto n.º 41 078, de 19 de Abril de 1957, com geral aceitação.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 150.º da Constituição, o Ministro do Ultramar decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. É revogado o Decreto n.º 44 555, de 6 de Setembro de 1962.

Marcello Cactano — Joaquim Morcira da Silva Cunha.

Promulgado em 11 de Abril de 1969.

Publique-se.

Presidência da República, 23 de Abril de 1969. —
AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

Para ser publicado nos *Boletins Oficiais* de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique e Timor. — *J. da Silva Cunha.*